

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS¹

Camila Ferreira da Silva²

 <http://lattes.cnpq.br/3520518346076110>

 <https://orcid.org/0000-0002-2348-9350>

Armando Brito Frota Filho³

 <http://lattes.cnpq.br/0109878188331137>

 <https://orcid.org/0000-0002-6133-7788>

Talita da Silva e Silva⁴

 <http://lattes.cnpq.br/1465690021682899>

 <https://orcid.org/0009-0008-7660-4886>

Resumo

O artigo discute a política de avaliação educacional de Manaus, a Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ADE), a partir da chave analítica do poder nas relações de interdependência do Estado (campo político) com a Educação (campo cultural). Para tal, partiu-se da perspectiva bourdieusiana de Estado, de campos sociais e de dominação social e realizou-se uma investigação de abordagem quanti-qualitativa, que contou com as estratégias de i) espacialização e caracterização da Educação do Campo na Divisão Distrital Zonal Rural (DDZ VII) da SEMED-Manaus e ii) trabalho estatístico com dados secundários ligados aos resultados na ADE das escolas desta DDZ de 2014 a 2021. Os resultados da pesquisa têm apontado para as potencialidades e os limites das políticas de avaliação educacional, sobretudo no que se refere aos processos de homogeneização dos instrumentos e hierarquização das instituições e agentes; bem como, mirando nas escolas do campo de Manaus, para a necessidade de se levar em consideração as especificidades locais e de repensar a imposição do modelo urbanocêntrico de escola e de avaliação.

Palavras-chave: Estado; Políticas públicas; Avaliação educacional; Educação do Campo.

¹ Artigo derivado de investigação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

² Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), com bolsa *Erasmus Mundus* da União Europeia; Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Líder do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE/UFAM); E-mail: cfsilva@ufam.edu.br.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED-Manaus); Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE/UFAM); E-mail: armando_geomorfo@outlook.com.

⁴ Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE/UFAM); E-mail: ped.talita86@gmail.com.

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

POWER RELATIONS IN EDUCATIONAL ASSESSMENT POLICIES IN THE RURAL AREA OF MANAUS

Abstract

The article discusses the educational assessment policy of Manaus, the Student Performance Assessment (ADE), based on the analytical key of power in the interdependent relationships between the State (political field) and Education (cultural field). To this end, we started from the Bourdieusian perspective of the State, social fields and social domination and carried out an investigation with a quantitative-qualitative approach, which included the strategies of i) spatialization and characterization of Rural Education in the Zonal District Division Rural (DDZ VII) of SEMED-Manaus and ii) statistical work with secondary data on the results in the ADE of schools in this DDZ from 2014 to 2021. The research results have pointed to the potential and limits of educational assessment policies, especially with regard to the processes of homogenization of instruments and hierarchization of institutions and agents; as well as, targeting rural schools in Manaus, the need to take local specificities into account and rethink the imposition of the urbancentric school and evaluation model.

Keywords: State; Public policy; Educational assessment; Rural Education.

Introdução

O presente artigo é fruto da investigação “Gestão das políticas públicas de avaliação no Amazonas: possibilidade de integração”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação (GRUPESPE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no âmbito do Programa Ciência na Gestão Pública (PCGP/FAPEAM). A pesquisa mais ampla se ocupou das políticas estadual e municipal de avaliação educacional do Amazonas e de Manaus, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ADE), geridos respectivamente pelas secretarias estadual e municipal de educação. O recorte que ganha materialidade neste texto, no entanto, elege a ADE como objeto de estudo e analisa as escolas localizadas na Divisão Distrital Zonal Rural (DDZ VII) da SEMED-Manaus.

Temos enfrentado os debates sobre as políticas de avaliação educacional nas latitudes amazônicas e, com o recorte em questão, nosso objetivo central consiste em analisar a política de avaliação educacional de Manaus a partir da chave analítica do poder nas relações de interdependência do Estado (campo político) com a Educação (campo cultural). Esse caminho nos oportuniza situar a ADE em um processo mais amplo de avanços das políticas de avaliação em nível subnacional no país, exercício crucial uma vez que “os subsistemas de avaliação educacional, nos estados e municípios brasileiros, acabam reproduzindo lógicas que se afastam cada vez mais das necessidades reais das escolas e de seus agentes” (CUNHA; SILVA, 2023, p. 13). Levando-se em consideração que nosso objeto de pesquisa confere centralidade às escolas do campo amazônico, tal premissa da relação controversa entre políticas homogeneizadoras e experiências diversas de escolarização dos povos do campo ganha relevância na realidade manauara.

Este artigo se situa, pois, na Sociologia Política da Educação de perspectiva bourdieusiana, e metodologicamente apresenta as reflexões e resultados de uma investigação quanti-qualitativa desenvolvida em duas

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

grandes etapas, nomeadamente: i) espacialização e caracterização da Educação do Campo na Divisão Distrital Zonal Rural (DDZ VII) da SEMED-Manaus e ii) trabalho estatístico com dados secundários ligados aos resultados na ADE das escolas da DDZ VII de 2014 a 2021, com promoção de análise comparativa a partir da média geral de desempenho obtida pelas escolas que compõem esta DDZ.

O artigo encontra-se dividido em três seções complementares, a saber: no primeiro momento realizamos um debate teórico e conceitual em torno das relações de poder imbricadas nas políticas de avaliação educacional, aqui partimos do pensamento de Pierre Bourdieu para demonstrar como os atos do Estado no campo da educação expressam, afinal, lutas sociais e processos de dominação social na interseção entre os campos político e cultural/educacional; na sequência, realizamos uma discussão em torno da violência simbólica presente na espacialização das escolas que compõem a DDZ Rural da SEMED-Manaus, seja a partir dos processos classificatórios rural/urbano, seja a partir da primazia do modelo urbanocêntrico de educação e de avaliação educacional, as múltiplas territorialidades ganham ainda centralidade nessa seção; por fim, a última parte do texto se volta aos dados dos resultados das escolas da DDZ Rural na ADE entre 2014 e 2021, e aqui destacamos, a partir de análises à média geral de desempenho nesta avaliação e à posição geográfica das escolas, as desigualdades educacionais que acabam sendo corroboradas por meio da política de avaliação educacional em Manaus.

Políticas de avaliação educacional e poder

A mirada Bourdieusiana para o Estado e para as políticas públicas educacionais nos possibilita unir os elementos materiais e simbólicos dos processos de dominação social na interdependência dos campos político e educacional. Isto significa, nas lutas sociais por legitimação e por estruturação do mundo social, que os diferentes grupos sociais que compõem tais campos encontram-se em posições distintas, o que permite aos grupos dominantes movimentos de generalização de suas visões de mundo particulares (BOURDIEU, 2014).

Neste caso, isto que a denominamos de generalização não significa uma simples imposição tirânica como no Estados dinástico, ao contrário, nessa arena a Modernidade é marcada por processos mais silenciosos de dominação assegurados pelo corpo jurídico que sustenta o Estado moderno – por meio das leis, dos ordenamentos, das jurisprudências, ou seja, de um conjunto de normas socialmente construídas e legitimadas por instituições e agentes especializados cujo papel social diz respeito exatamente às ideias de segurança jurídica e sanção das tomadas de decisões do Estado. Nesse sentido, a generalização se efetiva nos atos do Estado, uma vez que esses atos são necessariamente um ponto de vista particular (de determinado grupo social) transmutado em política pública que incide sobre todos aqueles agentes inscritos no espaço social global.

Quando observamos as estruturas das políticas educacionais brasileiras percebemos traços dessa função do Estado e do exercício de poder e das lutas que fazem parte dos processos de construção ou direcionamento de uma política pública, uma vez que, longe de encaminhamentos uníssonos, o que temos nesses processos é

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

exatamente o contrário, lutas, posicionamentos diferentes e exercício de poder para universalizar o ponto de vista de um grupo ou classe social sob forma de política social (CUNHA; SILVA, 2023, p. 6).

Aqui toma corpo um processo de dominação sutilmente assegurado pelo campo jurídico, e por isso, amplamente aceito socialmente. A democracia neoliberal, sob tal ótica, tem seus atos de Estado difundidos como se fossem frutos das máximas da participação e da liberdade, quando na prática estamos diante de uma diferenciação disposicional e posicional que confere maior efetividade a determinados grupos sociais de incidir e direcionar as políticas públicas. Para Bourdieu (2014), esta efetividade deve-se necessariamente às posições de poder e, portanto, à capacidade social de classificação do próprio mundo social.

O poder que se expressa nesses processos de classificações e construção do mundo social está pautado nos sistemas simbólicos que fundam a *doxa* e o reconhecimento social de que goza o Estado, a partir de um uso social eficaz do sentido para reforçar as relações de dominação nas sociedades modernas (AMAR, 2018). Dessa forma, a perspectiva de Bourdieu nos permite analiticamente compreender os mecanismos de dominação do campo político e como eles se espraiam para o campo cultural e o espaço da educação por meio dos atos do Estado.

Como assevera Miguel (2014), o campo político é, a exemplo dos demais campos sociais, um espaço de exclusões: “Os agentes que dele participam precisam se adequar a formas de comportamento e de expressão sob pena de serem segregados pelos outros integrantes do campo e terem reduzida ou mesmo anulada sua capacidade de intervenção efetiva” (MIGUEL, 2014, p. 152). Desse modo, evidenciam-se os processos de lutas e dominação que cotidianamente tomam lugar no campo político, sob pena de exclusão constante dos grupos em posições dominadas – o que significa necessariamente a distinção e os diferentes níveis de efetividade que cada grupo social exerce nos atos do Estado, nas políticas públicas, tais níveis relacionam-se com os campos e os capitais que exercem maior peso em cada contexto.

Se levarmos em consideração o peso do campo e do capital econômico na sociedade capitalista e na realidade brasileira (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002), podemos corroborar com as análises de pesquisas no campo da política educacional que vêm demonstrando a incidência de agentes e instituições econômicas nas políticas públicas ligadas à educação (SILVA, 2009; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017; LIMA; HYPOLITO, 2020).

Interessa-nos, pois, a partir desse marco epistemológico que tipifica o Estado e seu poder legítimo do uso da força material e simbólica nas lutas sociais por dominação, analisar os processos de dominação social que ocorrem na correlação de forças e nas lutas sociais na interseção entre os campos político e educacional. E, mais especificamente, no âmbito das políticas de avaliação educacional, interessa-nos compreender os objetos em jogo, as lutas e as estratégias dos diferentes grupos sociais, uma vez que o resultado desses processos têm incidido diretamente sobre as escolas, os estudantes, os professores e a comunidade escolar mais ampla.

Para Noletto (2019, p. 46) “a política é o meio pelo qual o Estado se expressa, o meio pelo qual os agentes políticos elaboram, induzem e direcionam as ações àquele agrupamento social estando à frente do governo e instituindo

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

possibilidades de efetivação de ações”. Nesse sentido, podemos compreender as políticas de avaliação educacional nesses processos mais amplos dos atos do Estado e das lutas sociais por dominação que incidem sobre o caráter, o direcionamento, os objetivos e os projetos sociais que sustentam as sustentam. A literatura especializada na área da Educação tem apontado recorrentemente que as políticas de avaliação educacional desempenham um papel crucial no sentido de servirem de base para o planejamento e formulação de novas políticas educativas (KLINGER; DELUCA; MILLER, 2008), desse modo, compreender os agentes, as instituições e as lutas que se colocam na base dessas políticas avaliativas constitui exercício fundamental para o mapeamento das agendas educacionais e sociais que têm se consolidado em nossa sociedade.

Estamos diante de uma onipresença das políticas de avaliação educacional no cenário brasileiro, uma vez que temos políticas consolidadas e que adentram as instituições educativas regularmente em níveis internacional, nacional e subnacional (estadual e municipal). No caso do Amazonas,

[...] o primeiro sistema de avaliação deste tipo fora criado em 2008 com o intuito de avaliar o desempenho dos estudantes amazonenses, estamos a falar do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). Posteriormente, outras avaliações foram sendo implementadas no estado, inclusive na capital, Manaus, que passou a ter seu próprio sistema de avaliação para averiguar o desempenho dos estudantes manauaras matriculados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e EJA da rede municipal (SILVA; SAMPAIO; CUNHA, 2020, p. 225).

E, no caso do município de Manaus, a Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ADE) foi criada em 2014 e desde então tem sido tomada como referência para o monitoramento das escolas da rede municipal de ensino por meio dos resultados dos estudantes e das médias obtidas por cada instituição. Compreendendo a relevância de uma política de avaliação educacional, nossa análise se coloca exatamente na interseção contraditória entre a necessidade de avaliar os sistemas de ensino e os limites de concepções avaliativas que insistem em reproduzir práticas classificatórias e de hierarquizações entre escolas, professores e estudantes a partir desses resultados.

Se as avaliações externas acabam se pautando e consolidando um arbitrário cultural socialmente e desigualmente instituído (BOURDIEU; PASSERON, 2014), as classificações sociais e educacionais que têm sido construídas a partir de seus resultados (vide políticas de bonificação, premiações e incidência sobre as políticas de financiamento, por exemplos) expressam bem os usos sociais das avaliações que têm se desenhado no Brasil e no Amazonas na última década e podem nos fornecer pistas sobre seus impactos na realidade das escolas do campo, as quais acabam lidando cotidianamente com um arbitrário cultural urbanocêntrico.

DDZ Rural da SEMED-Manaus: Educação do/no campo e sua espacialização

Para tanto, faz-se necessário entender o contexto da Educação do/no campo no município de Manaus, e como a Secretária Municipal de Educação

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

(SEMED) especializa tais escolas. Vasconcelos (2017) descreve a divisão das escolas na DDZ Rural em duas categorias principais: as localizadas em áreas rodoviárias, que estão situadas ao longo de estradas e ramais, incluindo a AM-010 Manaus-Itacoatiara e a BR-174, que conecta Manaus a Boa Vista (RR); enquanto nas áreas ribeirinhas, há as escolas situadas as margens do Rio Negro e do Rio Amazonas, como pode ser observado na figura 1, com a espacialização das escolas da DDZ-Rural.

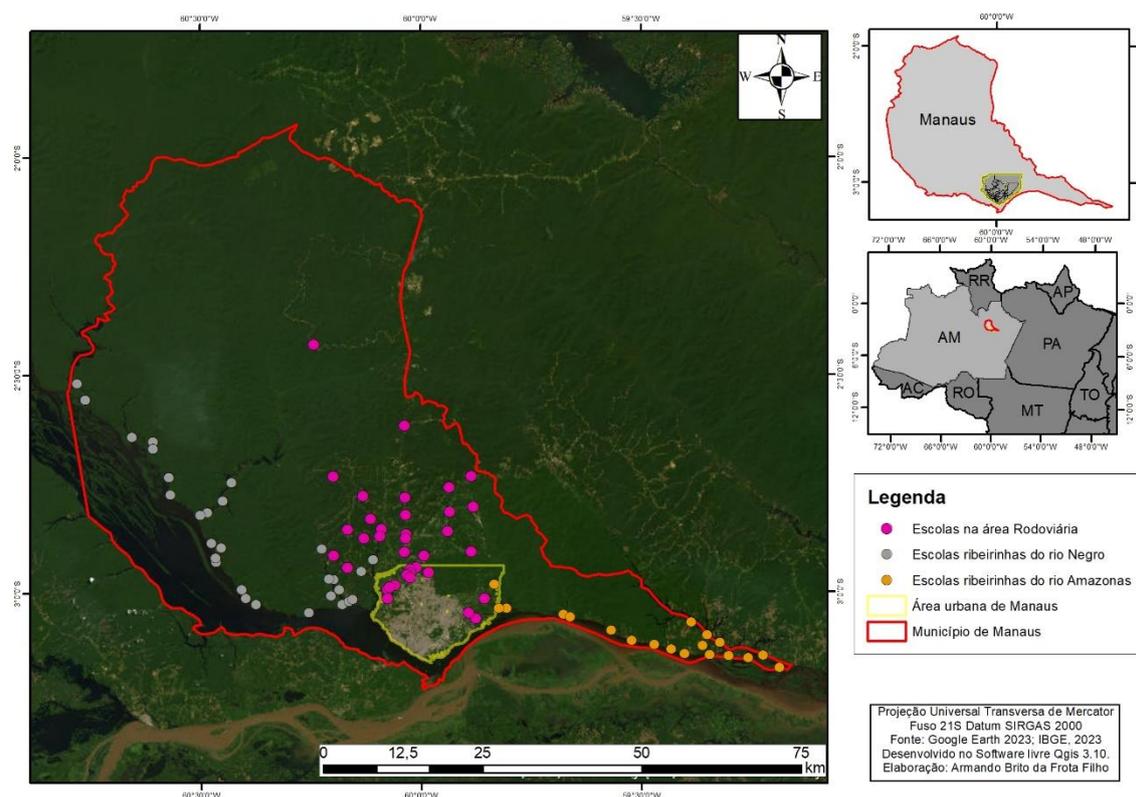


Figura 1. Mapa de localização das escolas do/no campo da DDZ Rural da SEMED – Manaus. Fonte: Elaboração própria.

A se considerar os múltiplos contextos que são abrangidos por essa DDZ, de escolas da área rodoviária, ribeirinha da calha do rio Negro e ribeirinha da calha do rio Amazonas, questiona-se em como avaliar os alunos do município de Manaus de forma homogênea quando há calendários distintos para as escolas na calha do rio Negro (janeiro a outubro, com espaço para compensação de dias), e das escolas às margens do rio Amazonas (fevereiro a dezembro) que seguem o mesmo da área rodoviária e urbana.

Ou ainda, é importante considerarmos o caso da seca extrema de 2023, no qual as escolas das ribeirinhas tiveram seu ano letivo abruptamente encerrado pela impossibilidade de acesso dos alunos às escolas, além do posterior estado de calamidade decretado pelo município de Manaus para essas áreas. Isso revela que a homogeneização dessas realidades não é algo positivo, uma vez que inclui na mesma seara discussões e lutas sociais distintas, pois, como aponta Caldart (2008) e Dias, Barreto e Abreu (2021), a Educação do Campo é uma forma de resistência à exploração dos povos do campo, e por consequência pela sobrevivência do modo de vida.

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

A Educação do campo surgiu em resposta às demandas dos movimentos sociais camponeses, visando estabelecer uma política educacional voltada para a emancipação, independente do contexto específico (como ribeirinho, pantaneiro, caiçara, entre outros) e da unidade federativa (estado, município). Parte-se da concepção de que a ideia de Educação do campo

[...] permeie a pluralidade cultural que existe no campo, que no currículo escolar sejam contemplados as características e saberes de cada lugar, que essa classe trabalhadora tenha uma educação humanizada, emancipatória e vinculada a raízes e tradições de cada comunidade com o intuito da formação sociopolítica e das melhorias das condições de vida camponesa (ALMEIDA; BAITZ, 2019).

Partindo da concepção de Pierre Bourdieu e das discussões acerca da Educação do Campo, essa generalização e homogeneização, enquanto atos do Estado, advêm de um pensamento urbanocêntrico, que se traduz na dominação do campo cultural e do espaço da educação. Apesar da discussão nesse momento se referir ao porquê de uma DDZ ficar incumbida pela gestão territorial tão ampla e diversa, o mesmo ocorre para a execução das políticas públicas, uma vez que a aplicação das avaliações de larga escala como ADE ocorre da mesma forma e período em todas as escolas da rede municipal de ensino.

Ou seja, são desconsideradas as peculiaridades da Educação do/no campo como: o calendário especial, a existência de classes multisseriadas, a necessidade do barco escola para transportar os alunos das comunidades a escola, professores itinerantes ou ainda que as especificidades curriculares para estas populações. Esse processo pode ser classificado enquanto uma violência simbólica para Bourdieu e Passeron (2014), posto que a estrutura das questões exige um arbitrário cultural que nem sempre faz parte da realidade desses alunos, tendo um viés urbanocêntrico, no qual a educação reitera o imaginário de alienação no qual o espaço urbano é superior ao campo.

Outro exemplo dessa violência simbólica, a partir dos atos do Estado, são as sequências didáticas dadas aos professores de turmas alvo da ADE, que no caso das escolas com calendário especial chegam com defasagem, o que obriga os professores a voltarem a um objeto do conhecimento e habilidade já trabalhados como estratégia reforçadora do treinamento excessivo para este tipo de avaliação externa.

Uma análise da ADE na DDZ Rural da SEMED-Manaus

Para trabalhar com as informações oriundas da ADE da SEMED-Manaus, foi necessário realizar o levantamento e tratamento dos dados secundários obtidos por meio da pesquisa “Gestão das políticas públicas de avaliação no Amazonas: possibilidade de integração”. Isso porque os resultados desta avaliação não se encontram amplamente disponibilizados na página eletrônica da Divisão de Avaliação e Monitoramento (DAM)⁵ da SEMED-Manaus, uma vez que são devolvidos diretamente às comunidades escolares de Manaus

⁵ A qual pode ser visitada a partir do link: <https://sites.google.com/semmed.manaus.am.gov.br/portaldam/>.

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

a partir da própria Secretaria Municipal de Educação em visitas às escolas participantes.

A partir disso, trabalhamos com o conjunto de dados disponibilizados ao GRUPESPE/UFAM e isolamos os dados quantitativos das escolas da DDZ Rural/SEMED-Manaus, entre os anos de 2014 a 2021, estabelecendo como critério o recorte da média geral de desempenho, por meio da classificação da categoria de maior e menor nota alcançada a cada ano pelas instituições de ensino. Para assim, promover análises estatísticas e comparativas de acordo com as abordagens quantitativa e qualitativa⁶.

Salienta-se que a média geral de desempenho da ADE é calculada com base nos resultados alcançados nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática⁷ entre os setes primeiros anos da realização desta avaliação. Dessa forma, classificamos a cada ano, duas instituições mediante a categoria de maior e menor nota entre a distribuição de escolas da DDZ Rural/SEMED-Manaus, denominadas de ribeirinhas e rodoviárias, que é demonstrado por meio de gráfico e quadro mais adiante.

Com este direcionamento estabelecido buscamos levantar e entender as problemáticas em volta da ADE para a realidade da Educação do/no campo, no viés em que a avaliação tenta homogeneizar por meio da perspectiva urbanocêntrica um padrão para todas as escolas, negligenciando as múltiplas identidades culturais presente nas escolas do campo amazônico, além de aflorar as diferenças e até desigualdades existentes dentro de uma mesma DDZ, o que reflete diretamente no âmbito das políticas para a Educação no/do Campo⁸.

A seguir temos o gráfico 1 com os dados quantitativos da ADE na DDZ Rural/SEMED-Manaus, nela temos a distribuição das notas nos setes anos analisados (2014-2021), sendo a categoria de maior nota assinalada com a cor escura, e a de menor nota assinalada com a cor clara. Logo após, apresentamos o Quadro 1 e a Figura 2 para evidenciar a espacialização das escolas que foram classificadas no gráfico, optamos por não divulgar o nome destas instituições, pois não há o intuito de hierarquizá-las como melhores ou piores, os critérios utilizados são somente para tecer análises e discussões.

⁶ Esta investigação foi desenvolvida por meio de dois projetos de Iniciação Científica, sendo o primeiro intitulado de “A Avaliação de Desempenho do Estudante (ADE) de Manaus: uma análise das escolas Divisão Distrital Zonal Rural (2014/2021), financiado pela FAPEAM – 2022/2023. E o segundo, ainda em fase de finalização, denominado de “A Avaliação de Desempenho do Estudante (ADE) de Manaus: um olhar para as escolas rodoviárias da Educação do Campo, financiado pelo CNPq – 2023/2024.

⁷ No ano de 2024 foram inclusos na avaliação os componentes curriculares de Ciências para o 4º e 9º ano, além de História e Geografia para o 9º ano do ensino fundamental.

⁸ No campo: “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” e do campo: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2006, p. 26).

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

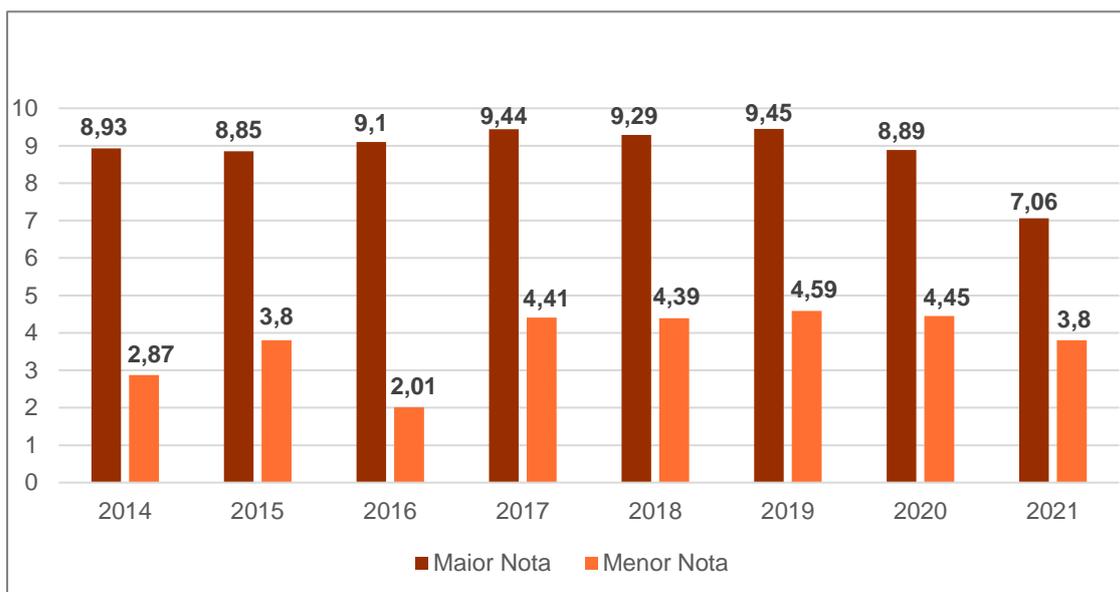


Gráfico 1. Média geral de desempenho das escolas da DDZ Rural na ADE (2014/2024)
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da ADE – SEMED/MANAUS (2022).

Os dados apresentados no Gráfico 1 demonstram uma inconstância entre as duas categorias no decorrer dos anos, observamos que a primeira de maior média/nota registra números/notas que vão em uma escala de sete a nove, destacando os anos de 2016 a 2019, os quais se mantêm com média/nota nove de forma linear, assim como os anos de 2014, 2015 e 2020, registrando a média/nota oito e por fim, o ano de 2021 que denota pela primeira vez neste marco temporal, a média/nota sete, cabe salientar que os dois últimos anos, o mundo estava passando pela pandemia de Covid-19.

Direcionando o olhar para a segunda categoria, temos uma variação entre dois a quatro como menor média/nota, o que acaba ficando bem distante das maiores médias registradas. O ano de 2016, chama atenção para um caso único que aconteceu nesse período, ele registra pela primeira vez a nota zero, para compor o gráfico optamos por categorizar/coletar a segunda menor média (2,1), ao investigar o motivo por trás disso, notamos que a escola esperava o quantitativo de 11 alunos para realizar a avaliação, no entanto, a taxa de alunos presente foi igual a zero.

Mediante a interpretação dos dados do gráfico em questão, identificamos que os resultados da ADE, neste marco temporal, não seguem uma lógica crescente, por estarem sujeitos a sofrerem oscilações tanto favoráveis quanto desfavoráveis, o que nos leva a indagar se as ações para abordar as vulnerabilidades identificadas por essa avaliação são verdadeiramente implementadas no sistema educacional.

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

Ano de avaliação	Maior nota	Menor nota
2014	Escola Ribeirinha (Rio Amazonas)	Escola Rodoviária (AM-010)
2015	Escola Rodoviária (Tarumã-Açú)	Escola Rodoviária (BR-174)
2016	Escola Rodoviária (BR-174)	Escola Ribeirinha (Rio Negro)
2017	Escola Rodoviária (BR-174)	Escola Ribeirinha (Rio Amazonas)
2018	Escola Rodoviária (BR-174)	Escola Ribeirinha (Rio Negro)
2019	Escola Ribeirinha (Rio Negro)	Escola Ribeirinha (Rio Amazonas)
2020	Escola Rodoviária (AM-10)	Escola Ribeirinha (Rio Negro)
2021	Escola Ribeirinha (Rio Amazonas)	Escola Ribeirinha (Rio Negro)

Quadro 1. Representação da localidade das escolas com menor e maior média de desempenho na ADE (2014-2021)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SEMED/Manaus (2024).

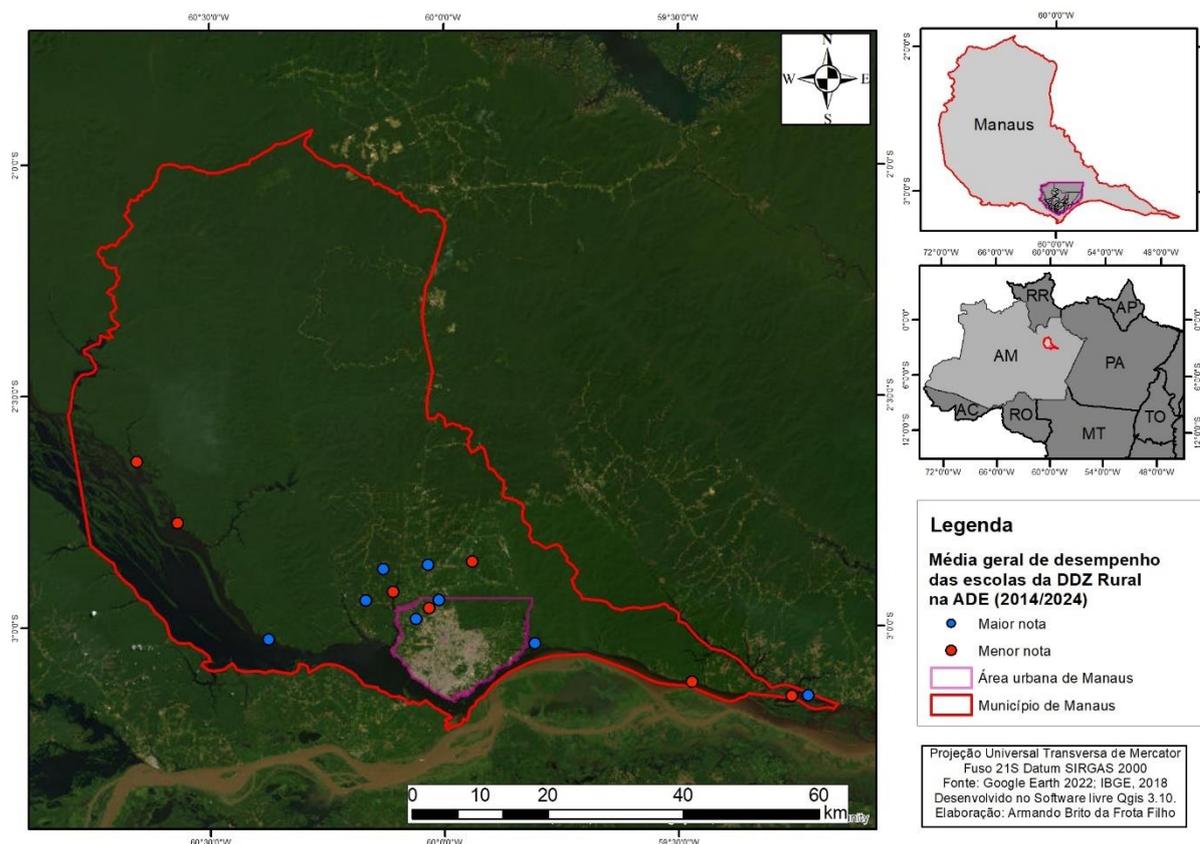


Figura 2. Mapa de localização das escolas da DDZ Rural por média geral de desempenho na ADE (2014/2024)

Fonte: Elaboração própria.

Levando em conta que estamos analisando escolas de uma mesma DDZ, há uma notória discrepância dentro de um único segmento distrital, o que é perceptível no quadro com a localidade destas escolas. Notamos que as

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

escolas rodoviárias, as quais estão mais próximas da área urbana, aparecem cinco vezes na categoria de maior média/nota, enquanto as escolas ribeirinhas, as mais distantes da área urbana, aparecem seis vezes na segunda categoria.

Isso se acentua quando observamos a espacialização no mapa, Figura 2, na qual podemos observar que as duas escolas ribeirinhas com maior média/nota se localizam ainda nas imediações da área urbana, e apenas uma com maior média/nota se localiza no limite leste do município de Manaus. Ainda nessa discussão há maior representatividade das escolas ribeirinhas da calha do rio Negro em comparação com as da calha do rio Amazonas, respectivamente quatro e duas com menor média/nota. Neste ponto não se pode deixar de indagar se o fato de as escolas da calha do rio Negro terem calendário especial tem alguma relação com esse fato.

Ainda que o urbano e o rural mantenham uma relação mútua de interdependência nos diversos setores da sociedade (MOREIRA; HESPANHOL, 2005), observamos que com a ADE, por se tratar de um teste padronizado feito sob influência de uma cultura urbana transmutada em arbitrário cultural nas nossas escolas, a imposição da visão de mundo urbanocêntrica para a Educação do/no campo se sobressai refletindo em resultados elevados para as escolas mais próximas desta área, por se habituarem mais rápido com as demandas e exigências das avaliações de larga escala estabelecidas para as escolas urbanas.

Adentrando na Educação no/do Campo, o urbanocentrismo exerce uma influência que perpetua um padrão de um arbitrário cultural, em diálogo com Bourdieu e Passeron (2014), compreendemos que, ao ser exercitado este padrão pelas avaliações, temos a consolidação de uma violência simbólica, mediante a ação pedagógica praticada por meio da imposição do urbano sobre o rural, determinando o poder e a violência simbólica guardadas nessas políticas avaliativas. Dessa forma, percebemos que a ADE passa a ser incoerente com os fundamentos educacionais almejados para o campo amazônico, ao tentar uniformizar os processos avaliativos que são planejados, organizados e executados por agentes fora da realidade do campo, cabendo ao corpo docente e aos estudantes apenas a realização e o cumprimento das exigências, o que acaba por suprimir as diversidades, as vivências e as identidades do campo.

Conclusões

Ao analisar a política de avaliação educacional em Manaus sob a perspectiva das relações de poder entre o Estado (campo político) e a Educação (campo cultural), especialmente no contexto da Educação do Campo, observa-se que as avaliações de larga escala utilizadas pela SEMED-Manaus para medir o desempenho das escolas municipais podem não refletir de forma precisa a realidade educacional.

Com a discussão em torno da ADE no contexto da Educação no/do Campo, refletimos que a avaliação de larga escala não considera as particularidades e características desta modalidade educacional. Os seus testes seguem um padrão que foi pensado para as escolas urbanas, sendo apenas reproduzido nas demais instituições da DDZ rural, o que acaba afetando as médias de desempenho dessas escolas. Isso contribui também de forma negativa para acentuar as desigualdades dentro de uma mesma DDZ, como

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

demonstramos, posto que existe uma relação entre a proximidade do centro urbano e as posições/notas de desempenhos das escolas ali localizadas são mais acentuadas.

A partir de análises das médias gerais de desempenho na ADE e da posição geográfica das escolas, as desigualdades educacionais acabam sendo corroboradas por meio da política de avaliação educacional em Manaus. Visto que as escolas da área rodoviária aparecem cinco vezes na categoria de maior média/nota, enquanto as escolas ribeirinhas, mais distantes da área urbana, são representadas seis vezes na segunda categoria. Além disso, dentre as escolas ribeirinhas, há maior recorrências naquelas localizadas na calha do rio Negro.

A controvérsia entre políticas homogeneizadoras e as diversas experiências de escolarização dos povos do campo é cada vez mais relevante. Sendo que os contextos da Educação do campo são diferentes entre terra firme e várzea, rios de águas pretas e águas claras/barrentas, e mesmo entre municípios na mesma calha de rio.

Este resultado exemplifica bem como opera o arbitrário cultural na relação cidade-campo no território amazônico. E, portanto, indaga-se até que ponto justifica-se pensar em uma Educação voltada para o contexto urbano, quando nem mesmo para essa realidade existem garantias de funcionamento adequado? Tal debate nos leva a destacar que, mesmo dentro do espaço urbano, as realidades entre centro e periferia se distinguem bastante.

A se considerar que o objetivo das avaliações de larga escala como ADE consiste em identificar pontos nefrágicos e vulnerabilidades dentro do sistema de ensino e por consequência saná-los, indaga-se: será que são efetivamente implementados caminhos de resolução de tais vulnerabilidades no sistema educacional, com as instituições de ensino e com os alunos? Tal questão é necessária uma vez que demonstramos que não houve uma diferença tão substancial entre os resultados das avaliações ao longo do tempo nos anos analisados.

Referências

ALMEIDA, L. P.; BAITZ, E. O. F. A importância do conceito de território no ensino da geografia nas escolas do/no campo. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia-MG, v. 10, n. 18, p. 114-124, jan./jun. 2019.

AMAR, Hernán Mariano. Pierre Bourdieu: por una sociología sobre el Estado y las políticas educativas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 145-153, jan./abr. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Tradução: Rosa Freire d' Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25.

CUNHA, Ruth Araújo da; SILVA, Camila Ferreira da. Os atos do Estado e os sistemas de avaliação educacional na Amazônia. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista-BA, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2023.

DIAS, Alder; BARRETO, Dilma Terezinha da Silva; ABREU, Waldir Ferreira de. Formação continuada de professoras/es da Educação do Campo: Uma análise político-educacional das ações da Secretaria Municipal de Educação de Santana-AP. **Revista Amazônica**, Manaus, v. 6, n. 2. p.01-23, 2021.

KLINGER, Don; DELUCA, Christopher; MILLER, Tess. The evolving culture of large-scale assessments in Canadian Education. **Canadian Journal of Educational Administration and Policy**, Saskatoon, v. 3, p. 1-34, jul. 2008.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020.

MANAUS, Secretaria Municipal de Educação. **Dados Quantitativos da Avaliação de Desempenho do Estudante**. Manaus, 2022.

MANAUS, Secretaria Municipal de Educação. **Listas de escolas da Divisão Distrital Zonal Rural**, Manaus, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNTkxMjk3ZjUtNGJhNy00ZjNmLWE4NzEtZjZiMGEyZGQ2Nzg3IiwidCI6IjI1N2NINzVkLTkwZWVtNGZmNy04MzBiLTkxYmI0YzUxYWQwOSJ9&pageName=ReportSection9ae0e8fa0165023d59d5>.

Acesso em: 14 de junho de 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 98, p. 145-161, mar. 2014.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Relação Campo-Cidade: um estudo dos bairros rurais do município de Presidente Prudente. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, 2005. [s.p].

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. Um estudo sobre Estado: apontamentos a partir de Bourdieu e Weber. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 43-55, jan./mar. 2019.

OLIVEIRA, Valdirene Alves de; OLIVEIRA, João Ferreira de. O Movimento Todos pela Educação como agente articulador do campo econômico na agenda para o

AS RELAÇÕES DE PODER NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA ÁREA RURAL DE MANAUS

Ensino Médio. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 401-417, set./dez. 2017.

SILVA, Camila Ferreira da; SAMPAIO, Cecília Acácia da Silva; CUNHA, Thiago Felipe Paranatinga da. Do julgamento professoral às avaliações externas, que fazemos com as crianças e jovens na escola? Um estudo de caso na cidade de Manaus-AM. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 84, n. 1, p. 217-236, 2020.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

VASCONCELOS, M. E. O. **Educação do campo no Amazonas**: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas. 2017. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017.

Recebido em: 09/07/2023

Aprovado em: 28/07/2024

Publicado em: 12/08/2024

